



# ESTATÍSTICAS do SÉCULO X

Presidente da República  
**Luiz Inácio Lula da Silva**

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Guido Mantega**

## **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Presidente  
**Eduardo Pereira Nunes**

Diretor Executivo  
**José Santana Bevílaqua**

### **Órgãos Específicos Singulares**

Diretoria de Pesquisas  
**Maria Martha Malard Mayer**

Diretoria de Geociências  
**Guido Gelli**

Diretoria de Informática  
**Luiz Fernando Pinto Mariano** (em exercício)

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Pedro Luis Nascimento Silva**

### **Unidade Responsável**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
Assistente  
**Magda Prates Coelho**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

# ESTATÍSTICAS do SÉCULO



Rio de Janeiro  
2003

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Av. Franklin Roosevelt, 166 . Centro . 20021-120 . Rio de Janeiro . RJ . Brasil

**ISBN 85 - 240-3076-3**

**© IBGE . 2003**

### **Capa**

Gerência de Editoração/CDDI  
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro  
Ana Bia Andrade

### **Folhas de Guarda**

Operários, 1933  
Tarsila do Amaral  
Óleo sobre tela – 150 x 205cm  
Palácio Boa Vista, Campos do Jordão, SP.

Criança Morta, 1944  
Cândido Portinari  
Painel a óleo/tela – 180 x 190 cm  
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – MASP

---

Estatísticas do século XX / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações.  
– Rio de Janeiro : IBGE, 2003.  
543 p. : il.

Acompanha um CD-ROM, em bolso.  
ISBN 85-240-3076-3

1. Ciências sociais – Brasil – Séc. XX. 2. Brasil – Estatística – Séc. XX. 3. Brasil – Condições sociais – Estatística – Séc. XX. 4. Brasil – Condições econômicas – Estatística – Séc. XX. 5. Comunicação e cultura – Brasil – Séc. XX. 6. Associações, instituições, etc. – Brasil – Séc. XX. 7. Educação – Brasil – Séc. XX. 8. Habitação – Brasil – Séc. XX. 9. Planejamento urbano – Brasil – Séc. XX. 10. Justiça e política – Brasil – Séc. XX. 11. Participação política – Brasil – Séc. XX. 12. Brasil – População – Séc. XX. 13. Brasil – Bioestatística – Séc. XX. 14. Previdência social – Brasil – Séc. XX. 15. Assistência social – Brasil – Séc. XX. 16. Eleições – Brasil – Séc. XX. 17. Saúde – Brasil – Estatística – Séc. XX. 18. Assistência médica – Brasil – Séc. XX. 19. Mortalidade – Brasil – Estatística – Séc. XX. 20. Sindicalismo – Brasil – Séc. XX. 21. Trabalho – Brasil – Séc. XX. 22. Setor informal (Economia) – Brasil – Séc. XX. 23. Finanças públicas – Brasil – Séc. XX. 24. Desenvolvimento econômico – Séc. XX. 25. Industrialização – Séc. XX. 26. Brasil – Indústrias – Séc. XX. 27. Brasil – Comércio exterior – Séc. XX. 28. Contas nacionais – Brasil – Séc. XX. 29. Renda – Brasil – Séc. XX. 30. Preços – Brasil – Séc. XX. 31. Salários – Brasil – Séc. XX. 32. Disponibilidade monetária – Brasil – Séc. XX. I. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações.

---

**Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais**  
RJ/2002-36

CDU 3(81)"19"  
EST

Impresso no Brasil/Printed Brazil

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 07

INTRODUÇÃO 09

O BRASIL DO SÉCULO XX 11

ENTREVISTA COM CELSO FURTADO

ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS,  
SOCIAIS, POLÍTICAS E CULTURAIS 25

O BRASIL SOCIAL CONTADO PELO IBGE NO SÉCULO XX 27

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

POPULAÇÃO E ESTATÍSTICAS VITAIS 29

NELSON DO VALLE SILVA E MARIA LIGIA DE O. BARBOSA

ASSOCIATIVISMO E ORGANIZAÇÕES VOLUNTÁRIAS 59

LEILAH LANDIM

ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX: EDUCAÇÃO 89

CARLOS HASENBALG

HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA URBANA 111

NÍSIA TRINDADE LIMA

JUSTIÇA 131

MARIA TEREZA SADEK

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL 167

GILBERTO HOCHMAN

**SAÚDE NOS ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL 191**

NÍSIA TRINDADE LIMA E FRANCISCO VIACAVA

**SINDICALISMO, TRABALHO E EMPREGO 221**

ADALBERTO MOREIRA CARDOSO

**ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX SOBRE  
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL 261**

FABIANO SANTOS

**ENTRE O PALCO E A TELEVISÃO 275**

SÉRGIO MICELI

**ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS 331**

**O BRASIL NO SÉCULO XX: A ECONOMIA 333**

MARCELO DE PAIVA ABREU

**FINANÇAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NO SÉCULO XX 343**

ANTONIO CLAUDIO ZOCHACZEWSKI.

**NÍVEL DE ATIVIDADE E MUDANÇA ESTRUTURAL 369**

REGIS BONELLI

**O SETOR EXTERNO BRASILEIRO NO SÉCULO XX 413**

JORGE CHAMI

**RENDIMENTOS E PREÇOS 451**

GUSTAVO GONZAGA E DANIELLE CARUSI MACHADO

**SÉCULO XX NAS CONTAS NACIONAIS 493**

EUSTÁQUIO REIS, FERNANDO BLANCO, LUCILENE MORANDI,  
MÉRIDA MEDINA, MARCELO DE PAIVA ABREU

**TENDÊNCIAS DE LONGO PRAZO DA  
MOEDA E DO CRÉDITO NO BRASIL NO SÉCULO XX 525**

ANTONIO CLAUDIO SOCHACZEWSKI

# APRESENTAÇÃO

*EDUARDO PEREIRA NUNES*  
PRESIDENTE DO IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, orgulhosamente, publica as *Estatísticas do Século XX* com dados históricos sobre a realidade socioeconômica brasileira que se consolidou ao longo do último século.

Reunidas numa obra composta por um volume impresso acompanhado de um CD-ROM, que contém mais de 16 000 arquivos com tabelas e séries históricas, essas informações são provenientes do próprio IBGE e de outros órgãos do Governo Federal e foram selecionadas dos Anuários Estatísticos e das Estatísticas Históricas do Brasil. São informações estatísticas que retratam as transformações ocorridas na demografia, educação, cultura, saúde, habitação, sindicalismo, trabalho, rendimento, preços e contas nacionais do País.

Os pesquisadores envolvidos no projeto foram unâimes em constatar que trata-se de um retrato amplo mas descontínuo e, por isso mesmo, coerente com as marchas e contramarchas de um século em que a industrialização e a democracia se consolidaram no Brasil.

Convidados pelo o IBGE, os professores Wanderley Guilherme dos Santos e Marcelo de Paiva Abreu coordenaram os trabalhos de análise da enormidade de estatísticas sociais e econômicas existentes, analisadas e comentadas tematicamente por um grupo de renomados especialistas responsáveis pelos ensaios contidos na publicação.

Com esta iniciativa, pretendemos homenagear aqueles que ajudam a instituição a cumprir a sua missão de “*retratar o Brasil com as informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania*”. Entre estes, queremos especialmente destacar o Professor Celso Furtado, pelos importantes trabalhos dedicados à investigação dos problemas brasileiros e seu subdesenvolvimento. Sua obra contribui permanentemente para que a sociedade brasileira preste atenção ao estudo da nossa realidade, passada e presente, e assuma o propósito de construir um futuro com menos desigualdades sociais. Tudo isso, inegavelmente, aproxima o economista, professor, ministro e cidadão brasileiro Celso Monteiro Furtado do IBGE.

Hoje, passados 67 anos desde a criação do IBGE, acreditamos que a produção de estatísticas no Brasil situa-se num patamar equivalente ao dos países mais desenvolvidos. No entanto, sabemos que ainda precisamos avançar muito. E este é o desafio para o Século XXI.



# INTRODUÇÃO

O projeto que deu origem à publicação *Estatísticas do Século XX* teve como objetivo recuperar, organizar e colocar à disposição do público o acervo de estatísticas referentes a áreas temáticas previamente selecionadas, de modo que permitisse a reconstituição da história do Brasil através dos dados estatísticos produzidos num século.

Para isso, o IBGE reuniu especialistas em população, economia, política, cultura e na área social para selecionarem e analisarem as estatísticas de cada um desses temas. Os dados foram recuperados do acervo do IBGE na coleção dos Anuários Estatísticos e através de levantamentos feitos a partir das Estatísticas Históricas do Brasil; os textos representam a visão dos especialistas enquanto usuários externos das informações produzidas pelo IBGE.

Esta obra é composta de um livro e de um CD-ROM. Em ambos o conteúdo está dividido em duas partes: a das estatísticas sociais, culturais, políticas e populacionais e a das estatísticas econômicas.

O CD-ROM contém mais de 16 000 arquivos de tabelas, contemplando as duas partes. Essas tabelas passaram por um complexo processo de conversão para o meio digital, incluindo as etapas de escaneamento e de reconhecimento óptico de caracteres (OCR). Durante esse processo manteve-se uma constante orientação e supervisão dessas atividades para assegurar a transformação na íntegra do material original para os arquivos que viriam a compor o CD-ROM.

O livro apresenta um conjunto de textos para cada uma das partes, que além de variarem na temática também possuem abordagens diferentes.

Os textos sobre população e panorama sociopolítico e cultural do Brasil no Século XX se detiveram na descrição do conjunto de dados e na avaliação de sua comparabilidade e do seu potencial de utilização, visto que as estatísticas não apresentavam qualquer organização. Elas se distribuíam desigualmente pelos 60 Anuários Estatísticos publicados no século, com quase total ausência de séries históricas ou fator que mostrasse algum tipo de aglutinação entre elas.

Os textos sobre as estatísticas econômicas têm como referência as estatísticas do IBGE e de outros órgãos públicos, que atualizam as séries históricas já publicadas pelo Instituto. Diferentemente dos textos da parte anterior, não se detiveram na avaliação das estatísticas publicadas, mas na análise da evolução dos diferentes aspectos da economia brasileira à luz de séries históricas atualizadas dos respectivos temas.

A publicação apresenta também uma entrevista com o Professor Celso Furtado, que introduz o leitor às estatísticas presentes nesta obra e antecipa a percepção crítica da evolução do País em todas as suas dimensões – econômica, social, política, cultural e populacional – através das estatísticas do Século XX.

# O BRASIL DO SÉCULO XX

ENTREVISTA COM CELSO FURTADO

**Eduardo Pereira Nunes** – Presidente do IBGE – As *Estatísticas do Século XX*, publicadas pelo IBGE, mostram que o Brasil iniciou o século com uma economia agrário-exportadora, recém-saída de um regime escravista de trabalho, e se transformou em uma economia industrial apoiada no trabalho assalariado e com um alto grau de urbanização. Como o senhor sintetizaria essa evolução da economia brasileira?

**Celso Furtado** – Em primeiro lugar, eu diria que é uma ilusão imaginar que o Brasil provavelmente se desenvolveu nessa escala. A verdade é que o Brasil continua sendo uma constelação de regiões de distintos níveis de desenvolvimento, com uma grande heterogeneidade social, e graves problemas sociais que preocupam a todos os brasileiros.

No começo do Século XX, a ocupação das terras no Brasil não formava propriamente um sistema econômico, pois as conexões comerciais entre as regiões eram precárias. As ligações entre o Norte e o Nordeste com o Centro-Sul dependiam de uma frágil navegação de cabotagem. Tratava-se de uma realidade política decorrente do centralismo do império português. A única região que dependia do mercado interno era o extremo-sul pecuário. Esse quadro se modificaria com a forte expansão do café no altiplano paulista e a extração de borracha na região amazônica. Nestes dois casos, houve importantes deslocações de populações. Mas a estruturação de um sistema econômico nacional só viria a ocorrer nos primeiros decênios do Século XX, com o avanço da industrialização.

**Eduardo Pereira Nunes** – O último Censo Demográfico revelou que a população brasileira cresceu quase dez vezes neste século: passou de 17 milhões em 1900 para quase 170 milhões em 2000. No início do século, cerca de 52% da população ocupada trabalhava no campo. Em 2000, essa proporção caiu para 17%, e 80% da população vivia na área urbana.

Em 1900, a agropecuária contribuía com 45% do PIB; a indústria com 11%, e os serviços, com 44%. Já em 2000, essa distribuição passou a ser de 11% para a agropecuária, 28% da indústria e 61% para os serviços.

Qual o impacto do avanço da industrialização, combinado com o êxodo rural, sobre a organização das cidades e do mercado de trabalho no Brasil?

**Celso Furtado** – Esses dados são muito importantes, mas são um pouco ilusórios quando se pretende esclarecer o que aconteceu no Brasil. A estrutura ocupacional da população ativa é um dado que deve ser utilizado com muito cuidado. O mundo rural abrigava um considerável excedente de população submetida a formas extremas de exploração. Por motivos diversos, essa população deslocou-se para as zonas urbanas. A partir dos anos 70 do século passado, o viés tecnológico assumido pelo setor industrial, submetido a crescente concorrência internacional, traduziu-se em forte declínio na criação de emprego. Este é um dos motivos pelos quais o Brasil enfrenta atualmente um problema social de gravidade excepcional.

Mas o processo de urbanização da sociedade brasileira não é semelhante ao que se verifica na Europa e em outras partes do mundo. Na Europa, a urbanização decorreu da criação de um mercado de trabalho muito intenso nas cidades, que absorveu o excedente de população rural, transformando o continente ao longo dos anos. No Brasil, o processo migratório do campo para a cidade ocorreu de forma distinta: houve uma fase, na metade do Século XX, em que se criou muito emprego no setor industrial, mas nos últimos 30 anos o emprego industrial já não cresceu. O crescimento da população urbana inchou as cidades, mas nelas não se criou emprego suficiente para absorver toda essa gente, daí as taxas de desemprego crescentes, a marginalidade.

**Eduardo Pereira Nunes** – E esse processo tem repercussão na distribuição de renda e na formação de mercado?

**Celso Furtado** – Tem sérias repercussões negativas, especialmente no perfil social, porque o Brasil cresceu muito mas, no essencial, não se transformou. Por exemplo, é crescente, em números absolutos, a massa de população subempregada ou desempregada. Não se pode admitir que um país possa se urbanizar tão rapidamente criando apenas subemprego urbano.

**Eduardo Pereira Nunes** – Isto é, é necessário que o emprego tenha qualidade, cuja renda permita ao empregado se transformar em um consumidor dos bens produzidos, criando um mercado de massa.

**Celso Furtado** – Sim. É necessário criar empregos que permitam uma inserção social plena. O que ocorreu no Brasil foi a criação de uma enorme massa de subempregados. Este é o fenômeno das cidades brasileiras de hoje, sendo a cidade de São Paulo o exemplo conspícuo, com quase vinte por cento de sua população sem emprego. Os trabalhadores têm de ficar pedinchingando empregos, porque as grandes empresas não querem criá-los. Estranhamente, elas não criam empregos, mas enfrentam problemas de falta de mercado para seus produtos.

**Eduardo Pereira Nunes** – Essa massa de subempregados explica o fato de, no Brasil, a taxa de desemprego não ser tão elevada? Estudos mais abrangentes sobre as estatísticas de emprego deveriam contemplar o emprego, o desemprego, o subemprego, ou emprego de qualidade e renda precárias.

**Celso Furtado** – Exato, mas estamos falando apenas do quadro urbano. No setor rural também houve uma transformação muito especial. Assistimos a uma forte pressão para desempregar no campo, particularmente no Centro-sul do Brasil, onde a mecanização da agricultura tem sido muito intensa nos últimos tempos. O desemprego no mundo rural não decorreu apenas do crescimento da produtividade, mas também da impressionante concentração das terras em todo o Brasil, isto é, do crescimento dos latifúndios.

A massa de população que perdeu seu emprego no campo contribuiu para a forte redução da população rural, como mostra o livro do IBGE sobre as *Estatísticas do Século XX*. O declínio da população rural e do emprego no campo não teve como contrapartida a criação de empregos urbanos. O resultado foi que o Brasil terminou o Século XX com esse bolsão enorme de desempregados e subempregados urbanos.

**Eduardo Pereira Nunes** – Podemos então dizer que o modelo brasileiro de desenvolvimento do setor urbano e do setor rural não é exatamente igual àquele que os modelos clássicos da economia sugerem?

**Celso Furtado** – O Brasil é um caso à parte e os problemas sociais se agravam a cada dia. Quem observa o País se impressiona com esse quadro. O Brasil cresceu. Hoje em dia, é uma das dez maiores economias do mundo e tem um sistema industrial complexo. Mas, ao mesmo tempo, este País tem uma massa enorme de subempregados. A parte da população que não participa dos benefícios do desenvolvimento é tão grande que este passa a ser um dos principais problemas, senão o prioritário, de quem governa o Brasil.

Qual será o futuro deste País, se continuarmos a expelir a população do campo, a reduzir o emprego no campo como se fez intensamente nos últimos 20 anos? Vamos expulsar a população rural para a beira das estradas?

É impressionante ver esses desempregados e subempregados querendo invadir as terras no próprio campo e nas cidades. Este é um problema social cada vez mais difícil de resolver, enquanto não se atacar o fundo da questão. Para superar a situação atual, é urgente pensarmos na criação de empregos.

Veja os dados que vocês publicaram sobre o setor industrial: a indústria brasileira se modernizou consideravelmente, aumentou a produtividade e – outro lado dessa moeda – causou o declínio do emprego industrial. A indústria automobilística, por exemplo, hoje emprega um terço do contingente que empregou há dez, vinte anos atrás, em virtude do forte aumento da modernização da produção e dos sistemas, da terceirização, etc.

Paralelamente, precisamos pensar numa política rural de outro tipo, a fim de atrair gente para trabalhar no campo, mas com base em um modelo novo. O desafio será criar emprego no campo sem inviabilizar a produção nas grandes propriedades. É preciso criar uma agricultura variada: produção comercial e familiar. Muita gente já está debatendo isso. O Movimento dos Sem-Terra pensa nessa direção, está consciente disso.

**Eduardo Pereira Nunes** – O senhor sugere então que o Brasil precisa conciliar o agronegócio, de grande produtividade, com tecnologia avançada intensiva em capital, voltado para exportação, com uma agricultura familiar intensiva em mão-de-obra, voltada para o mercado interno, levando em conta a imensa extensão territorial, as terras disponíveis e a necessidade de preservação do meio ambiente?

**Celso Furtado** – Quando debato esse problema internacionalmente, todos partem do seguinte raciocínio: o Brasil é um País inexplicável, pois com essa abundância extraordinária de terras, o que hoje em dia é raríssimo, tem uma massa enorme de desempregados! Por que não utilizar as terras disponíveis para criar emprego? É inexplicável! Como defender esse modelo de desenvolvimento que cria desemprego e subemprego num País de terras abundantes e ociosas? Por que a invasão de terras preocupa mais do que a constatação do imenso número de desempregados e subempregados?

**Eduardo Pereira Nunes** – Nós temos que nos preocupar com o impacto do nosso modelo atual de desenvolvimento sobre o meio ambiente, sobre a estrutura agrária e sobre o mercado de trabalho. Este modelo, para ser sustentável, tem de associar a política de ocupação de terras voltadas tanto para o agronegócio capitalista desenvolvido quanto para uma agricultura familiar geradora de emprego e abastecedora do nosso mercado interno, sempre preservando os recursos naturais.

**Celso Furtado** – Exato. Esse é o problema a ser enfrentado, a ser discutido pelos governantes. O governo que não enfrentá-lo de verdade terá falhado na política de desenvolvimento. Desenvolvimento no Brasil, hoje em dia, é essencialmente solucionar o problema social. Este é o desenvolvimento sustentável. Não basta apenas aumentar o produto. Depois de ter assistido a tantos anos de transformações, creio que esse é o problema mais grave do Brasil atual. Um país que não tem uma população rural e uma agricultura forte é uma economia muito frágil. Como manter o equilíbrio interno entre os setores?

Na primeira metade do Século XX, o Estado ainda absorvia mão-de-obra dos imigrantes que vieram da Europa. Como era um País de terras abundantes e virgens, nessa época o Brasil conciliava o setor rural com o setor urbano. Até os anos 50, não havia preocupação com a geração de emprego, mas sim com a produtividade, a fim de se ganhar competitividade internacional. Ou seja, o Estado precisava fomentar a criação de indústrias modernas, ou não teríamos desenvolvimento. Isso era aceito como sendo uma lei da natureza. Mais adiante, o resultado dessa política foi uma situação crescente de desemprego estrutural, que atualmente prevalece.

O Brasil tem terras abundantes e baratas, tem mão-de-obra disponível. Por que enfrenta tantas dificuldades? Por que tem crescentes problemas sociais? Por que o desenvolvimento é só para servir uma minoria? Eu não consigo explicar.

Ainda num passado recente, nem mesmo os economistas queriam debater esse problema, que agora é imperativo.

**Eduardo Pereira Nunes** – Eu gostaria de voltar aos anos 50, quando o senhor começou a discutir com Rostow e outros economistas as teorias do desenvolvimento prevalecentes. Na época, o senhor já contestava as teorias de que o subdesenvolvimento era uma etapa histórica do processo de desenvolvimento. De acordo com aquela teoria, todas as economias passavam por uma etapa de subdesenvolvimento, para, depois, alcançar um estágio superior de desenvolvimento. Dessa forma, podia-se concluir que o planejamento econômico representava uma interferência desnecessária e indesejável do Estado nas trajetórias das economias nacionais. Podemos dizer que o debate atual sobre o papel do Estado na formulação de políticas ativas de desenvolvimento, tecnológicas e de comércio exterior representa uma volta àquele antigo debate e àquela postura que o senhor já contestava nos anos 40 e 50?

**Celso Furtado** – Vamos responder por etapas. Primeiramente, a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Em meu primeiro livro de teoria econômica, escrito no final dos anos 50, defendi a tese de que o subdesenvolvimento não era uma fase pela qual tiveram de passar todas as economias, e sim a situação de dependência que decorria de como as economias se inseriram nas correntes de expansão do comércio internacional, a partir da Revolução Industrial.

Eu pretendi rebater as idéias de Rostow, que eram amplamente dominantes na época.

Estávamos ambos em Cambridge, eu e Rostow, o famoso economista que formulou a teoria dos cinco estágios do desenvolvimento. Ao ouvir o debate sobre essa teoria, pensei: é um absurdo; não pode haver isso; a nossa situação não é uma fase, pois nela estamos há 100 anos; nada mudou; somos sempre subdesenvolvidos, e os outros estão cada vez mais à frente. Então, havia que repensar tudo isso. Foi quando formulei a teoria do subdesenvolvimento.

Comparando países de distintos níveis de renda per capita, percebi que o que fazia a diferença era a forma como cada país incorporava a tecnologia moderna. A simples modernização dos hábitos de consumo, mediante a importação de veículos de luxo e artigos do gênero, podia significar o enriquecimento de uma elite local, mas estava longe de ser um autêntico desenvolvimento.

Se compararmos as economias da Argentina e do Japão no primeiro quartel do Século XX, comprovamos que a renda per capita do país latino-americano era muito superior à do asiático, apesar de a economia deste último ser bem mais desenvolvida.

A verdade é que os países que começaram pelo caminho certo tenderam a uma diversificação na economia – foi o chamado progresso – enquanto outros se especializaram na produção de matérias-primas, absorvendo muito pouco progresso técnico. Portanto, constituíram um quadro diferente, que chamei de estágio de subdesenvolvimento. Dele não se sai sem sérias transformações estruturais. Não há um avanço automático para

o estágio do desenvolvimento. É preciso fazer um grande esforço de transformação e enfrentar os problemas estruturais. Portanto, esse era um quadro novo. Reuni essas idéias em meu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961. Na época, poucos aceitaram a teoria do subdesenvolvimento. Hoje em dia, ela está evidente: todos percebemos que um país pode crescer muito, como o Brasil cresceu, e continuar subdesenvolvido. Por que o Brasil não reduziu o subdesenvolvimento, se o seu PIB cresceu 100 vezes no Século XX?

Durante muitos anos trabalhei nesse tema, e só cheguei a perceber o âmago da questão quando introduzi o aspecto cultural. Alguns países podem ter crescimento econômico, a partir dos produtos primários. Terão aumento de renda, o qual poderá ser apropriado por uma minoria, por uma elite que adota, então, padrões de consumo e formas de viver típicas dos países mais ricos, e totalmente incompatíveis com o nível de renda do próprio país. Esse país crescerá economicamente, mas não se transformará, ao contrário, se deformará.

**Eduardo Pereira Nunes** – Moderniza-se o padrão de consumo, mas não se absorve a tecnologia moderna de produção.

**Celso Furtado** – Absorve-se a tecnologia moderna, mas num setor, ou outro. No setor de exportação, a produção de soja tem a tecnologia mais moderna, mas o conjunto da economia nacional não se transforma. Crescem a produtividade e a renda per capita, mas, se não houver distribuição dessa renda, apenas se reproduzem os padrões de consumo dos países mais ricos. As elites do Brasil vivem tão bem, ou melhor, do que as do chamado Primeiro Mundo. O subdesenvolvimento cria um sistema de distribuição de renda perverso, que sacrifica os grupos de renda baixa. Pois é inerente à economia capitalista a tendência à concentração social da renda. O processo competitivo da economia de mercado exige a seleção dos mais fortes, e os que vão passando na frente concentram a renda. Essa tendência pode ser corrigida pela ação das forças sociais organizadas, que levam o Estado capitalista a adotar uma política social. Na Europa, onde se criaram grandes sindicatos, a sociedade civil se modificou, evoluiu, e a própria luta social passou a ser um elemento dinâmico. Se a Europa avançou tanto não foi só porque cresceu economicamente, mas porque redistribuiu a renda, o que foi possível graças às pressões dos poderosos sindicatos. O problema é que nas economias subdesenvolvidas a ação dessas forças sociais é de muito menor eficácia. Aqui, a tendência à agravamento das desigualdades somente se reduz em fases de forte crescimento do intercâmbio internacional. Daí o fator político ser tão relevante nos países do Terceiro Mundo.

**Eduardo Pereira Nunes** – Qual deve ser o papel do planejamento econômico?

**Celso Furtado** – Em relação ao planejamento econômico, digo o seguinte: se um país acumulou tamanho atraso, como é o caso do Brasil, não pode sair dessa situação pelo mercado. Este não é suficiente, pois não fará

as transformações estruturais necessárias. O mercado concentra renda e é preciso desconcentrar. O país submetido por longo tempo a um processo de concentração de renda, como está acontecendo no Brasil, adquire uma rigidez estrutural muito grande. É difícil impor as reformas. Veja o debate atual sobre as reformas sociais. A classe dominante quer defender de todas as maneiras os seus privilégios. Há uma resistência enorme para ceder. A concentração de renda é, no fundo, uma contrapartida das lutas sociais. A lógica do capitalismo é a de concentrar renda, mas ele próprio engendra forças sociais que vão pressioná-lo para desconcentrar. E seu desenvolvimento surgiu da interação dessas forças, de um lado o progresso tecnológico criando desemprego, de outro os movimentos sociais pressionando para criar emprego. Foi assim nos países onde o capitalismo se desenvolveu em sua plenitude: as lutas sociais permitiram a desconcentração da renda. Em cada ciclo econômico, em cada movimento social, os salários se corrigiam, os salários médios cresciam – cresciam tanto quanto a produtividade. Concentra, desconcentra: são as crises cíclicas, que redistribuem a renda, permitem a retomada do crescimento; é o capitalismo andando, navegando, indo de crise em crise, mas, em geral, crescendo. Porém, num País subdesenvolvido, que acumula o atraso, isso não ocorre: a sociedade não é capaz de reagir suficientemente para modificar o quadro. No Brasil não se tem esse dinamismo do sistema capitalista, porque os movimentos sociais são fracos. A elevação dos salários é o que há de mais difícil num país como o Brasil. Isso é uma deformação social, que no fundo é o espelho do subdesenvolvimento.

**Eduardo Pereira Nunes** – Por isso o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, mas uma deformação. Os países mais desenvolvidos – Estados Unidos, Europa ocidental e Japão – são aqueles que ao longo do seu processo de desenvolvimento sempre realizaram políticas ativas de desenvolvimento científico, tecnológico, procurando promover o crescimento e a distribuição da renda nacional.

Olhando os países menos desenvolvidos o senhor tem destacado a enorme desigualdade social. Como explicar que o Brasil, que procura eliminá-la, enfrenta tanta dificuldade no cenário internacional, por exemplo, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, para executar as suas políticas ativas? E os países que um dia as praticaram são os que hoje se opõem a práticas semelhantes adotadas pelo Brasil?

**Celso Furtado** – Essa é a realidade. É muito difícil enfrentá-la porque as forças organizadas são, na verdade, contra os países pobres. Na OMC todos os debates são para preservar os privilégios dos países ricos. A política americana nesse quesito é muito clara. Na União Européia, passa-se o mesmo. Não existe globalização quando se trata da necessidade de repensar o mundo. Hoje em dia é proibido subsidiar as exportações, como antigamente o Brasil tanto fez. O poder está se concentrando em todos os planos e isso vai criar dificuldades novas. Evidentemente, o que esperamos é que países como o Brasil se unam para lutar por novas formas de desenvolvimento.

Por outro lado, eu me pergunto se o Brasil precisa tanto desse apoio externo para se desenvolver. Há uma abundância tão grande de recursos naturais, de mão-de-obra subempregada, de capacidade técnica, e mesmo científica! Então, por que não buscar um caminho próprio para se desenvolver? Entre a década de 30 e a de 70 o Brasil se desenvolveu fortemente, foi um dos países que mais cresceram no mundo. Pode-se argumentar que tínhamos a faca e o queijo na mão. Hoje é diferente, sem dúvida. Mas fico pensando se nas condições atuais o Brasil pode voltar a crescer, quando seu setor externo enfrenta sérias limitações e a participação de seu comércio exterior na renda nacional se reduziu de cerca de 20% para 8%.

No passado, quando o Brasil sofreu as consequências de uma política internacional de redução de espaço, voltou-se para o mercado interno, deixou de crescer segundo a linha tradicional das exportações de produtos primários e das importações de manufaturas, e investiu na criação de um mercado interno. Aí descobriu o enorme potencial de seu mercado interno, graças também à política de incentivos. Nessa época, ainda se podia ter protecionismo, política cambial, etc. Aliás, a política cambial brasileira foi muito inventiva, adotando a taxa múltipla de câmbio. Isso permitiu que o Brasil encontrasse uma maneira de financiar um desenvolvimento expressivo de seu produto nacional, com crescimento “para dentro”. Mas tudo se perdeu nos últimos 10 ou 20 anos, quando se passou a afirmar que mercado interno era coisa secundária, que não favorecia o avanço tecnológico; ou seja, o jeito era se acomodar e ficar com uma tecnologia de segunda classe. O resultado dessa mudança é a situação atual. O Brasil terá de voltar a pensar no seu mercado interno e abrir, assim, espaço para crescer.

**Eduardo Pereira Nunes** – Falemos um pouco mais sobre o mercado interno, que sempre foi uma preocupação sua. Em 1961, o senhor apresentou no seu livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* as idéias sobre o subdesenvolvimento brasileiro, e destacou a importância da distribuição de renda para o fortalecimento do mercado interno brasileiro e a superação do atraso econômico e social do País. Hoje, continua afirmando que o fortalecimento do mercado interno é fundamental para a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro.

Também no seu livro de 1968, *Um projeto para o Brasil*, preparado para debater no Congresso Nacional as perspectivas do desenvolvimento brasileiro, o senhor afirmava que o crescimento apoiado no mercado interno dependia, necessariamente, da prévia distribuição da renda. Caso contrário, o País correria o risco de cair em uma estagnação econômica.

Vou ler aqui alguns dados do livro do IBGE sobre as *Estatísticas do Século XX*. Em 1960, a parcela da renda nacional apropriada pelos 10% mais ricos do País era 34 vezes maior que a renda dos 10% mais pobres. Em 1990, essa proporção passou para 78 vezes! As *Estatísticas do Século XX* revelam portanto que, ao longo desse período, a desigualdade social no Brasil cresceu e, com ela, cresce a dificuldade de se promover o desenvolvimento e a justiça social numa economia voltada para o mercado interno, em virtude da exclusão social. E esse já era o motivo da sua preocupação na obra de 1968, *Um projeto para o Brasil*.

**Celso Furtado** – O problema já estava todo colocado. Naquela época, ficou muito claro para nós que o mercado interno representava um trunfo para o Brasil crescer. Logo, era importante mostrar como uma política que o privilegiasse poderia contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social do País. É o que exponho em *Um projeto para o Brasil*. A meu ver, a política de distribuição de renda era a única forma de fazer com que esse mercado interno se traduzisse em poder de compra para a população.

**Eduardo Pereira Nunes** – Mercado interno, distribuição de renda, inclusão social, poder de compra, consumo de massa e desenvolvimento econômico e social caminham passo a passo.

**Celso Furtado** – Veja como a coisa é perversa: ao concentrar a renda, você cria uma minoria de alto nível de vida, que tem acesso a um mercado privilegiado. Esse mercado privilegiado é de objetos de luxo, mas é pequeno, e não leva muito longe. Portanto, o mercado interno é que tem de se transformar em mercado de massa. E para haver um mercado de massa, é preciso que a renda seja redistribuída. É uma luta que integra, por um lado, a questão de privilegiar o mercado interno e, por outro, a de privilegiar a desconcentração da renda.

Qualquer política econômica, para ser eficaz, tem de levar em conta o consumo de massa, essencialmente, popular. Pode parecer demagogia, mas a verdade é essa: o Brasil tem todos os meios para sair rapidamente da situação em que está e avançar por muitos anos.

Veja os dados da distribuição de renda na Índia, que publiquei em meu livro mais recente. O povo na Índia tem mais ou menos o nível de vida do povo no Brasil, mas a classe rica na Índia pesa muito menos, sendo dez vezes menos rica do que a brasileira. O Brasil poderia ter uma forma de distribuição de renda distinta, sem deixar de ser capitalista. Tenho a impressão de que hoje em dia dispomos dos meios para resolver esse problema.

Os dados estatísticos disponíveis atualmente confirmam a tese que havíamos formulado desde os anos de 1950, segundo a qual a dinâmica da economia brasileira leva inexoravelmente à concentração da renda. A raiz desse problema, conforme já expliquei, está no comportamento das elites que se empenham em reproduzir os padrões de consumo dos grupos de altas rendas dos países mais ricos. Nos períodos de fraco crescimento, esse problema se agrava muito e cresce a responsabilidade do poder público. Então, o primeiro objetivo deveria ser o de recuperar o nível da taxa de poupança de meio século atrás.

**Eduardo Pereira Nunes** – De que forma a concentração de renda afeta o desenvolvimento social e econômico do País a longo prazo?

**Celso Furtado** – A concentração de renda representa um custo em divisas para a economia brasileira, pois pode agravar essa tendência ao desequilíbrio externo, que, por sua vez, leva a um permanente endividamento.

A concentração de renda corresponde, digamos, à necessidade de se fabricarem automóveis de luxo. Estes, por sua vez, têm um custo em divisas muito elevado, pois vários de seus componentes são importados. Assim, boa

parte do setor industrial se deforma para produzir artigos de luxo e essa transformação é duplamente perversa, pois os produtos de alto conteúdo de divisas agravam a tendência do País à escassez de divisas. De um lado, piora a concentração da renda, de outro, piora o desequilíbrio externo.

**Eduardo Pereira Nunes** – E, depois, torna-se necessário adotar políticas específicas para o seu pagamento, ou renegociação...

**Celso Furtado** – A tendência a se endividar parece, de fato, uma condenação, mas está ligada à concentração da renda. Quando a renda cresce, cresce mais que proporcionalmente a demanda de importações; os grupos de alta renda exigem produtos mais nobres, importados, querem as últimas novidades.

Analizando as estatísticas do IBGE sobre o Século XX, vemos que, hoje, o País produz grande parte desses produtos nobres, mas são as firmas estrangeiras que os vendem. Isso custa divisas ao País, pois é preciso pagar *royalties* e dividendos, ou importar. Quando o custo em divisas aumenta mais do que a própria renda nacional, cria-se o desequilíbrio externo, que torna o país vulnerável. Este é o fulcro da questão.

**Eduardo Pereira Nunes** – Os capítulos do livro do IBGE sobre as *Estatísticas do Século XX* mostram este problema nas contas nacionais do Brasil. Essas estatísticas mostram que, hoje em dia, a economia brasileira tende a pagar ao exterior um volume de divisas com a importação de mercadorias e serviços, com rendas de juros da dívida externa e com dividendos, muito maior do que recebe com as exportações e rendas.

**Celso Furtado** – Este é um problema difícil de resolver porque a população deseja gastar em divisas, deseja viajar para a Europa, os Estados Unidos, deseja consumir produtos modernos. São gastos nobres. Mas quantos brasileiros podem realizar esses desejos?

O gasto em divisas representa uma sangria do fator mais escasso no Brasil: os dólares. Se não tivermos divisas para pagar, teremos de pedir emprestado, aumentando a dívida ainda mais. Por isso eu digo que precisamos de uma política de equilíbrio da balança de pagamento distinta da atual.

Quando fui Ministro do Planejamento, classificamos as importações brasileiras em cinco categorias. De acordo com essa classificação, os produtos pouco essenciais, supérfluos para a economia do País, eram negociados a uma taxa de câmbio muito mais alta que a dos produtos essenciais. Assim, o Brasil tinha o dólar de 40 mil réis e o dólar de 200 mil réis, de acordo com o produto. E assim você tinha uma discriminação e desencorajava as importações de produtos não essenciais. Hoje o FMI não permite políticas discriminatórias. O País não tem autonomia, tem de se subordinar às regras do FMI, não pode discriminar as importações de luxo. Daí a situação de grande fragilidade externa na economia brasileira.

Foi ao aprofundar o estudo desse problema que percebi seu forte componente cultural. O brasileiro tende a reproduzir padrões de consumo que vêm de fora, baseando-se na noção de que o produto importado é melhor.

A classe de renda alta tem poder aquisitivo para comprar os produtos mais caros do mundo. Mas são poucos os que estão nessa situação. Assim, se você permite que a economia opere sozinha, isto é, de acordo com as regras do livre-mercado e sem políticas discriminatórias, ela engendra uma demanda por importações de bens e serviços muito maior do que a capacidade de exportar do país. Daí o desequilíbrio permanente da balança de pagamentos, que culmina na dívida externa, nas privatizações, na atração de capitais de curto prazo.

Em condições adversas, um país dependente do endividamento externo apela para a importação do capital de curto prazo para fechar o seu balanço de pagamentos. Mas essa iniciativa faz com que a dívida do governo cresça. Daí a necessidade de termos uma política permanente para evitar a sangria de divisas, fator tão caro no Brasil. Hoje, essas políticas só são adotadas quando ocorre uma crise no balanço de pagamentos que afete a confiança dos investidores.

**Eduardo Pereira Nunes** – Os dados das contas nacionais do Brasil, incluídos nas *Estatísticas do Século XX*, revelam que a nossa taxa de investimento era de cerca de  $\frac{1}{4}$  do PIB nos anos 70 e agora se encontra no patamar de 20%. Nos últimos 30 anos do século passado, tivemos uma década de crescimento, os anos 70, e duas outras de estagnação econômica, os anos 80 e 90. A pergunta que eu faço é a seguinte: até que ponto essas duas últimas décadas refletem aquela sua preocupação com a estagnação econômica e social do País que o senhor já havia apontado no seu livro *Um projeto para o Brasil?*

**Celso Furtado** – Os problemas fundamentais são os mesmos. O Brasil avançou em muitos setores, mas perdeu em capacidade de autogoverno. Hoje tem dificuldade para se defender da grande vulnerabilidade do setor externo. Antes do golpe militar de 1964 participei de três governos, e naquela época tínhamos a possibilidade de condicionar as importações à política de câmbio múltiplo e ao controle de câmbio.

O Brasil renunciou a tudo isso, renunciou à alavanca de poder. Hoje, o governo receia uma corrida contra o real. A qualquer instante, como ocorreu em 1998, 1999 e 2002, pode haver uma saída de 20, 30 bilhões de dólares, deixando o País completamente vulnerável.

O Brasil tem recursos externos limitados. São poucos os seus meios de autodefesa.

Ao mesmo tempo, vive aterrorizado com a ameaça da retomada da inflação. É uma ameaça, não há dúvida. Mais grave, contudo, é a perda das alavancas de poder. Precisamos voltar a ter uma política cambial ativa. O FMI é um fantasma usado por nações poderosas para que as indefesas não tenham uma política própria.

Governar o Brasil é uma tarefa difícil, porque os meios de controlar a situação econômica e seguir uma determinada política são limitados. O País tem grandes possibilidades, mas é vulnerável no curto prazo. Bastam dois ou três boatos em Londres dizendo que o Ministro da Fazenda vai cair para o câmbio flutuar seriamente e abalar a taxa de juros.

**Eduardo Pereira Nunes** – Podemos dizer que o rápido crescimento dos anos 70 criou uma ilusão de que seria possível crescer sem promover a distribuição de renda, ou isso seria um mito, como o senhor escreveu, em 1974, no seu livro *O Mito do desenvolvimento econômico*?

**Celso Furtado** – Quando escrevi esse ensaio era muito mais limitado o conhecimento que tínhamos da realidade do subdesenvolvimento. Hoje vemos com clareza que o crescimento não é condição suficiente para superar o subdesenvolvimento. Só se consegue isso mediante reformas estruturais importantes. Naquela época tampouco se tinha consciência da gravidade do problema da concentração de renda. O Brasil optou por financiar grandes projetos nos anos 70 com financiamento externo privado, numa época de inundação de recursos líquidos. Isso mudou rapidamente quando teve início a crise americana, em 1979. Foi então que o Brasil teve de enfrentar uma situação nova, de endividamento de curto prazo.

No início dos anos 90, começou uma nova fase de abundante liquidez. Mas, de novo, foi seguida por outra fase de retração de recursos, após as crises do México, da Ásia e da Rússia, iniciadas em 1994. Agora, ninguém mais confia em financiamento internacional, senão em condições muito bem estudadas, pois como já não há controle de câmbio e das taxas de juros, tudo é mais incerto, e não se sabe quem responderá pelas consequências.

**Eduardo Pereira Nunes** – O senhor está enfatizando bastante o problema da vulnerabilidade externa de países como o Brasil. São vulneráveis e têm muita dificuldade para fortalecer a própria moeda. Os governos locais tendem a adotar medidas de política econômica condicionadas por esses fatores. Esses choques externos só ocorrem em economias que não têm capacidade de geração própria da sua poupança, a qual poderia financiar os seus projetos de investimento. Desde os seus tempos de trabalho na CEPAL o senhor já destacava os problemas provenientes da escassez de poupança interna do Brasil.

Até que ponto o apelo ao capital estrangeiro, seja sob forma de capital de empréstimo, de investimento direto e de capital de curto prazo, representa poupança externa efetiva para o desenvolvimento de economias como a do Brasil?

**Celso Furtado** – O que sabemos sobre a história das economias é que o endividamento externo útil e operacional deve atuar no curto prazo para resolver problemas de calamidade pública. Fora disso, todo endividamento deve ser feito em função da capacidade de pagamento desse capital, que é o serviço da dívida externa. Ao tomar dinheiro emprestado, você deve saber que tem que pagá-lo com moeda estrangeira, ou seja, com as suas escassas divisas. Então é preciso muito cuidado.

**Eduardo Pereira Nunes** – Nós estamos analisando o Século XX, no qual o PIB do Brasil cresceu 100 vezes. Essa é uma contradição da sociedade brasileira: o País cresceu 100 vezes em um século e estamos aqui falando

de todos os seus problemas. Um País que cresceu cem vezes não poderia ter tantos problemas. Mas o senhor aqui deu uma aula de quantas alternativas a sociedade brasileira tem para ser mais desenvolvida. Ao longo de sua obra o senhor fala desse dilema: não basta crescer; é preciso repartir os seus frutos por toda a sociedade brasileira.

Se olharmos agora para o Século XXI, quais seriam os conselhos que o senhor poderia dar para os novos cientistas sociais? Como devem trabalhar para dar um sentido mais igualitário a toda a sociedade brasileira?

**Celso Furtado** – Esta é a pergunta que cada brasileiro deve fazer a si mesmo: por que o desenvolvimento brasileiro foi tão desigual? Por que existe essa injustiça tão profunda? O Brasil é um País com tantos recursos e com uma massa enorme de gente excluída. É uma profunda injustiça. O fenômeno da exclusão social é a questão que nós todos nos colocamos. Já ninguém se satisfaz com meias medidas. Há uma enorme preocupação com o problema da fome e da exclusão social. O Brasil criou uma elite capaz, investiu na classe média alta, mas investiu muito pouco no povo. Temos então essa massa desvalida, sem o mínimo necessário para exercer a sua cidadania. Um país como o Brasil tem sempre problemas novos, pois está em formação. Em meu livro *Brasil, a construção interrompida*, publicado há pouco mais de dez anos, mostrei que a edificação do nosso desenvolvimento vinha perdendo fôlego, reduzindo o seu élan criativo. Agora a situação está se invertendo, o fato de termos eleito um presidente progressista pode ajudar à retomada dos debates. Já é um grande avanço estarmos interessados nesse problema. O que antes era tachado de pessimismo, derrotismo, hoje revela um amadurecimento, uma consciência de que devemos transformar este País, e de que a geração nova vai cumprir sua missão. Que papel caberá ao Brasil na cena internacional? E na América Latina, que posição teremos? E como conquistar novos espaços, como o mercado da China? Ainda há muito o que pensar. Só espero que a geração nova encontre um contexto internacional favorável. Hoje, pensar uma política para o Brasil é reconhecer que, tendo em conta os compromissos já assumidos internacionalmente, é limitada a nossa capacidade de ação.

Para os novos cientistas sociais, eu digo, primeiramente: paciência. Paciência para completar a construção deste País. Já cheguei a uma fase da vida em que propriamente não me preocupo com o futuro. Mas meu otimismo não desapareceu, embora reconhecendo que a responsabilidade dos que vão assumir o comando na próxima geração é muito grande. Por isso, a mensagem que deixo para os novos cientistas sociais é a seguinte: em seus trabalhos como pesquisadores não hesitem em formular hipóteses arrojadas. Assumam riscos. Sem isso, o conservadorismo que nos cerca por todos os lados deglutiirá a todos.

**Eduardo Pereira Nunes** – Professor Celso Furtado, antes de encerrar, gostaria de uma explicação sua. O IBGE produziu as *Estatísticas do Século XX*, mas parte das nossas estatísticas sobre esses 100 anos foi construída a partir de informações criadas pelos próprios usuários, já que o IBGE tem apenas 67 anos de idade. Sabemos que o senhor foi um grande pesquisador e, diversas vezes, muito criativo na utilização de fontes alternativas de

informação para construir os seus modelos de interpretação da realidade. Sua obra sobre a *Formação econômica do Brasil* é um exemplo da sua capacidade de investigação. O que o pesquisador, professor, cientista social Celso Furtado poderia nos dizer a respeito desse período em que construiu suas próprias estatísticas para, num momento posterior, ser um grande usuário das estatísticas do IBGE?

**Celso Furtado** – Essa é uma pergunta que nunca ninguém me fez. Estudei a economia brasileira século a século, a partir do Século XVI. Fiz isso com um pouco de engenho e arte porque só dispunha das informações que estavam nos documentos históricos brasileiros. Aprendi desde cedo com meus professores da escola austríaca que os dados estatísticos são tão importantes que, não existindo, é indispensável inventá-los. Estimativas aproximativas do processo de formação de capital e de renda nacional nos anos 40 do século passado nos permitiram formular muitas hipóteses úteis para penetrar na realidade da economia brasileira. O importante era manter-se na vanguarda nesse esforço de descobrir novas fontes de informação. Como você sabe, para medir o fluxo de renda naquela época era preciso ser engenhoso. Na verdade, atrevi-me a imaginar as contas nacionais do Brasil antes que elas tivessem sido estimadas por órgãos oficiais.

Mas o fato é que os trabalhos do IBGE, nesse meio século em que venho estudando o Brasil, ajudaram-me a entender o País. A primeira vez que vi estatísticas históricas, abrangendo o Século XIX, por exemplo, foi numa publicação do IBGE. A partir daí, fiquei pensando se não seria possível sistematizar aqueles dados e abrir um debate sobre a natureza do atraso da economia brasileira. O que me impressionou, nos primeiros anos em que trabalhei na CEPAL, quando eu era muito jovem e cheio de idéias, foi o atraso acumulado da América Latina. México, Chile e Argentina já tinham até cálculo de renda nacional, ao passo que o Brasil tinha umas estimativas curiosíssimas, feitas a partir de técnicas muito primitivas. Mais tarde, o trabalho feito pelo IBGE para aperfeiçoar as estatísticas brasileiras foi fantástico. Eu não tenho nenhuma dúvida de que foi esse avanço que permitiu formar uma consciência nacional do nosso atraso, da gravidade dos problemas sociais.